



## EDUCAÇÃO, FILOSOFIA E PODER NO SÉCULO IV: TEMÍSTIO DE BIZÂNCIO E A DEFESA DA AÇÃO PÚBLICA DOS FILÓSOFOS NA *ORATIO* XXVI

Gilvan Ventura da Silva\*

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

[gil-ventura@uol.com.br](mailto:gil-ventura@uol.com.br)

**RESUMO:** Com o presente artigo, temos por objetivo discutir a opinião de Temístio de Bizâncio expressa em sua *Oratio* XXVI intitulada “O direito do filósofo a falar em público”, acerca da atuação política dos filósofos e retores no século IV. A escola neoplatônica, principal corrente intelectual pagã do final da Antigüidade, propugnava que os filósofos deveriam se retirar da cidade, evitando assim qualquer intervenção no governo da *polis*. Já Temístio, por sua vez, se opõe a esse tipo de concepção e, no confronto com aqueles que o acusam de desvirtuar o conhecimento filosófico por meio de inovações espúrias, defende a importância da filosofia para a construção do espaço público com base na antiga tradição intelectual grega estabelecida por Sócrates, Platão e Aristóteles.

**ABSTRACT:** In this article we aim at discussing Themistius' conceptions on the political action of philosophers and rethors in the IV Century A.D. through the ideas that the *Oratio* XXVI, entitled “The right of the philosophers speak up publicly”, conveys. According to the Neo-Platonist school, the main Pagan intellectual stream in the end of the Ancient World, the philosophers should avoid contributing to the political life of their local communities, refusing any public charge. Otherwise, Themistius refutes this kind of political conception and defends the philosophical contribution to the construction of a public space in the *polis* based on Greek intellectual principles settled by ancient philosophers such as Socrates, Plato and Aristotle.

**PALAVRAS-CHAVE:** Temístio de Bizâncio – Filosofia – Educação

**KEYWORDS:** Themistius – Philosophy – Education

### A Ruptura Entre Filosofia E Ação Política

A participação ativa dos filósofos no governo das suas respectivas comunidades é, como se sabe, uma experiência que foi duramente abalada em virtude da crise do sistema políade após a Guerra do Peloponeso, quando as principais correntes de pensamento do período helenístico redefiniram o lugar ocupado pelos filósofos

---

\* Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É professor de História Antiga da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), instituição na qual coordena um Grupo de Pesquisa em História de Roma.

dentro da *polis*. Para os estóicos, por exemplo, as fronteiras próprias de cada cidade-Estado independente deveriam ser suprimidas ou pelo menos minimizadas em função da existência de uma *cosmópolis* que converteria os indivíduos em cidadãos de uma entidade política de alcance universal, dentro de uma lógica inclusiva excepcional se considerarmos a resistência dos gregos a alargar em demasia os limites territoriais e populacionais da cidade-Estado. De fato, no processo de formação das cidades-Estado gregas observamos uma tendência geral ao fechamento do acesso ao corpo cívico, como se verifica no caso de Atenas que, no século V a.C., somente reconhece como cidadãos os filhos de pai e mãe atenienses.<sup>1</sup> Em contrapartida, o estoicismo, escola filosófica nascida do esgotamento da cidade-Estado grega diante da ascensão do império macedônico, apostava na existência de uma cidadania universal que pudesse integrar todos os homens, razão pela qual afirmava ser o homem um cidadão do mundo e não de uma *polis* particular.<sup>2</sup> Já para os epicuristas, o que importava não era tanto a atuação pública do filósofo, mas antes a sua reclusão em um espaço privado, reduzindo-se assim as redes de sociabilidade poliáde e passando o sábio a se dirigir apenas a um restrito círculo de amigos e discípulos, que teriam o privilégio de privar da sua companhia e compartilhar os seus ensinamentos. Invertendo o argumento de Aristóteles, os epicuristas afirmavam que a *polis* era uma associação contrária à natureza, comportando dores e aflições e ameaçando a própria felicidade humana, uma vez que da vida política os homens extraem apenas poder, fama e riqueza, prazeres considerados desnecessários para os epicuristas.<sup>3</sup> Em ambas as situações, o que se verifica é uma sensível diminuição do papel outrora atribuído ao filósofo na condução dos assuntos públicos, na contramão da cidade-Estado ideal proposta certa vez por Platão.

Durante o Principado, a *cosmópolis* concebida pelos estóicos parecia atualizar-se concretamente por intermédio do Império Romano, uma entidade que aspirava ao controle do *orbis terrarum* e que, como tal, era capaz de aglutinar as células constituídas pelos *municipia* numa totalidade harmônica e integrada sob os auspícios de Roma, adquirindo a assim denominada romanização um sentido claramente universalista.<sup>4</sup> Ao

---

<sup>1</sup> Cf. GUARINELLO, N. Cidades-Estado na Antigüidade Clássica. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-47.

<sup>2</sup> Cf. DUMONT, J. P. **A filosofia antiga**. Lisboa: Ed. 79, 1986, p. 94-95.

<sup>3</sup> Cf. REALE, G. **História da filosofia antiga**: os sistemas da Era Helenística. São Paulo: Loyola, 1994, p. 222-223.

<sup>4</sup> Cf. MENDES, N. M. O sistema político do Principado. In: SILVA, G. V. da.; MENDES, N. M. **Repensando o Império Romano**. Rio de Janeiro. Vitória: Mauad/Edufes, 2006, p. 40-41.

mesmo tempo, as prerrogativas do imperador romano, um *autokrator* cuja capacidade de intervenção no cotidiano das comunidades locais não cessa de se fortalecer ao longo dos três primeiros séculos do Império, eram suficientemente abrangentes para produzir um esvaziamento progressivo da autonomia municipal em prol da centralização político-administrativa, processo que chegará ao seu final na passagem do III para o IV século, com a instauração do *Dominato*.<sup>5</sup> Diante de um contexto como esse, marcado, por um lado, pela afirmação de uma ordem política internacional sob a tutela direta de Roma e, por outro, pela ingerência contínua dos imperadores sobre o funcionamento das cúrias municipais, não nos causa estranheza o aprofundamento do abandono da vida pública por parte dos intelectuais greco-latinos, particularmente dos filósofos, que julgarão infrutífera qualquer iniciativa no sentido de recuperar um espaço político que há séculos lhes fora subtraído. O que se observa, então, é uma contínua desvalorização da política em comparação à filosofia, passando esta última a ser considerada uma atividade extremamente nobre e, por isso mesmo, refratária aos assuntos políticos, reputados como inferiores.<sup>6</sup>

Não que os filósofos não tenham manifestado, ao longo do Império, qualquer interesse por temas vinculados ao domínio da assim denominada filosofia política.<sup>7</sup> Muito pelo contrário, quando nos debruçamos, por exemplo, sobre os fundamentos do neoplatonismo, a mais vigorosa corrente intelectual pagã de finais do Mundo Antigo, é que nos damos conta do quanto as reflexões sobre o sentido da vida coletiva eram importantes para os pensadores da Antigüidade. No sistema ético neoplatônico havia vários níveis de dignidade ascendente, numa escala composta, em seu patamar inferior, pelo corpo, seguindo-se as relações sociais (nas quais a política cumpria seu papel), a esfera da purificação e a da vida religiosa. É bem verdade que, no seu início, esse sistema tendia, em última análise, a desvalorizar a experiência política, tanto que

---

<sup>5</sup> SILVA, G. V. da. A configuração do Estado romano no Baixo Império. **História**, São Paulo, v. 17/18, 1998-1999, p. 203 et seq.

<sup>6</sup> DOWNEY, G. Education in the Roman Christian empire: Christian and Pagan theories under Constantine and his successors. *Speculum*, Cambridge, v. XXXII, p. 48-61, 1957.

<sup>7</sup> Por filosofia política, entendemos um domínio de reflexão que visa a elucidar os mecanismos de organização da *polis* tendo como referência a aplicação do *nomos*, da lei. A constituição dos fundamentos da filosofia política se faz, em larga medida, no confronto com os sofistas, os quais, ao oporem *nomos* e *physis*, reduzem a lei à uma pura convenção destinada a contradizer a natureza ao favorecer os fracos diante dos naturalmente fortes. Por esse motivo, o trabalho de autores como Sócrates, Platão e Aristóteles, autênticos expoentes da filosofia política grega (e, por que não dizer, da filosofia política *tout court*?), foi sempre o de preservar a consistência e a racionalidade do *nomos*, isto é, da cidade como reino da lei em oposição aos sofistas, Cf. RENAUT, A. **História da filosofia política**: a liberdade dos antigos. Lisboa: Instituto Piaget, 2001, p. 32-34.

Plotino, o fundador da escola, costumava ensinar aos seus discípulos que nenhum desastre exterior, nem mesmo a destruição da sua *polis*, deveria perturbar a alma do filósofo, uma exortação mais do que adequada ao contexto vivido por Plotino, quando os distúrbios próprios da Anarquia Militar por pouco não levaram o Império ao colapso total. Já Porfírio, sucessor de Plotino na liderança da escola, endossava as críticas do mestre à vida urbana ao declarar que nem os deuses nem os nômades tinham por hábito viver em cidades.<sup>8</sup> Por esse motivo, Francesco Romano considera que a principal característica da antropologia neoplatônica em comparação à platônica reside no fato de que, enquanto para Platão e seus sucessores o homem deveria se voltar para a vida pública, submetendo-se assim aos riscos da sua condição histórica e social, no neoplatonismo, ao contrário, o homem se converte em um ser introspectivo cujo principal objetivo é a elevação da alma até alcançar o inteligível.<sup>9</sup>

A reorganização do *orbis romanorum* promovida por Diocleciano e Constantino na passagem do III para o IV século significou, no entanto, o início de um novo tempo de estabilidade para o Império, o que proporcionou uma mudança sutil no modo pelo qual os filósofos neoplatônicos concebiam a sua participação na *polis*. Esse fato, aliado à afirmação progressiva de um credo monoteísta e intolerante que desafiava abertamente as tradições greco-romanas e propugnava a erradicação do paganismo, foi decisivo para que uma facção dos neoplatônicos abandonasse a tese do caráter antinatural da vida urbana e recuperasse os fundamentos do pensamento político de Aristóteles, razão pela qual Juliano, por exemplo, reiterava que o homem era um ser social, qualificando assim como contrário à natureza o comportamento dos cristãos, que tinham por hábito abandonar suas cidades para viver isolados no deserto, fenômeno típico do IV século.<sup>10</sup> Em virtude da afeição nutrida pelos neoplatônicos diante da sua *patria*, brotou rapidamente, no interior da escola, uma retomada das reflexões em torno da filosofia política sob a influência dos argumentos de Platão acerca da necessidade de reverência aos deuses tradicionais como condição *sine qua non* para a preservação da cidade. Esse interesse, no entanto, não foi suficiente para permitir aos neoplatônicos uma atuação consistente e duradoura na política imperial, e isso por diversos motivos.

---

<sup>8</sup> Cf. EHRHARDT, A. The political philosophy of Neo-platonism. **Studi in onore di Vincenzo Arangio-Ruiz**, Napoli, v. 1, p. 457-482, 1953.

<sup>9</sup> Cf. ROMANO, F. **Il neoplatonismo**. Roma: Carocci, 1998, p. 92.

<sup>10</sup> Cf. EHRHARDT, 1953, op. cit., p. 464.

Em primeiro lugar, o pensamento político neoplatônico, tomado em seu conjunto, não se revestia de um interesse eminentemente prático, pragmático, mas se encontrava prisioneiro de concepções demasiado abstratas que, ao fim e ao cabo, reforçavam a exclusão do filósofo em face da vida urbana. Em segundo lugar, a atuação dos filósofos neoplatônicos se encontrava irremediavelmente condicionada pelo elitismo, o que dificultava a adesão de amplas parcelas da população a sua causa. Em terceiro lugar, o desempenho de Juliano e Máximo de Éfeso, os protagonistas da experiência mais contundente de inserção dos neoplatônicos nos círculos políticos imperiais, desencadeou uma feroz reação por parte dos cristãos que trataram, logo após a morte de Juliano, de restringir ainda mais o espaço ocupado na corte pelos neoplatônicos, o que acarretou a dramática execução de Máximo, decapitado em sua cidade natal por ordem do procônsul Festo, em 371.<sup>11</sup> Em quarto lugar e último lugar, pela resistência obstinada dos retores e mesmo de alguns filósofos em aceitar que os intelectuais urbanos exercessem qualquer tipo de atuação política, quer em nível local ou imperial, de maneira que a filosofia parecia, no IV século, destinada a se converter em um saber apolítico, o que sem dúvida representava uma alteração significativa diante das suas origens helênicas. Contra esse pano de fundo é que Temístio de Bizâncio elabora, em 359, a sua *Oratio XXVI*, intitulada pelos editores modernos *O direito do filósofo a falar em público*, na qual polemiza com todos aqueles que julgam a filosofia uma disciplina apartada da vida da cidade e sem compromisso direto com a formação adequada do corpo cívico, com a *paideia*, poderíamos acrescentar. No esforço de refutação desse pensamento, Temístio estabelece simultaneamente as linhas de força de um sistema educacional calcado no ensino da filosofia, tendo em vista a obtenção da felicidade individual e da justa organização do Estado. Suas reflexões emanaram evidentemente da sua própria trajetória de vida, tanto como filósofo quanto como homem público, uma vez que Temístio de Bizâncio divide com Libânio as glórias de ser o mais influente intelectual helênico do final do Mundo Antigo.

---

<sup>11</sup> Cf. MONTERO, S. **Diccionario de adivinos, magos y astrólogos de la Antigüedad**. Madrid: Trotta, 1997.

## A Carreira Política De Um Filósofo

Orador, professor e filósofo, Temístio gozou de uma notável ascendência nos meios políticos e intelectuais do Oriente na segunda metade do século IV.<sup>12</sup> Nascido por volta de 317, na Paflagônia, Temístio era neto e filho de professores de filosofia. Com Eugênio, seu pai, foi introduzido nos princípios do pensamento de Platão e Aristóteles. Sua formação superior em retórica foi realizada junto a um sábio professor do Ponto cujo nome, infelizmente, desconhecemos. Temístio iniciou sua carreira como orador no início da década de 340. Em 347, em virtude do panegírico dedicado a Constâncio, pronunciado em Ancira, Temístio é agraciado com uma cátedra oficial de retórica em Constantinopla. Desse momento em diante, seu prestígio não cessa de aumentar, o que se confirma pela intensa procura de seus serviços por parte de alunos de todas as localidades do Império. Em 355, Temístio é incluído por *adlectio* imperial no Senado de Constantinopla e em 357 se torna *princeps senatus*.<sup>13</sup> Sob Juliano, ao que tudo indica, teria sido nomeado para a prefeitura de Constantinopla, cargo do qual declinou.<sup>14</sup> Sob Valente, a influência de Temístio se mantém, uma vez que o imperador não apenas o requisita como conselheiro como também lhe confia a preceptoría de seu filho, Valentiniano. O ápice da carreira de Temístio se dá sob o reinado de Teodósio que, a exemplo de Valente, o incumbe da instrução do futuro imperador Arcádio, além de designá-lo para ocupar a prefeitura de Constantinopla, mandato do qual renuncia ao término de quase um ano em função das ásperas críticas recebidas da parte de seus colegas de profissão, que o acusavam de desonrar a sua condição de filósofo ao se envolver na vida política.<sup>15</sup> Temístio morreu por volta de 388, deixando-nos uma obra expressiva constituída por trinta e uma orações completas e duas incompletas que nos revelam não somente o vigor e a originalidade do seu pensamento, mas também um inventário dos mais importantes temas políticos debatidos pela sociedade de seu tempo, dentre os quais se inclui a importância da filosofia para a vida da cidade.

---

<sup>12</sup> Cf. DOWNEY, G. Themistius and the defense of Hellenism in the Fourth century. **The Harvard Theological Review**, Cambridge, v. L, p. 259-74, 1957.

<sup>13</sup> Cf. VANDERSPOEL, J. **Themistius and the imperial court**: oratory, civic duty and 'paideia' from Constantine to Theodosius. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1995, p. 104-106.

<sup>14</sup> Cf. BRAUCH, T. The Prefect of Constantinople for 362 AD: Themistius. **Byzantion**, Bruxelles, t. LXIII, p. 37-78, 1993.

<sup>15</sup> Cf. MAIASANO, R. Nota biografica. In: TEMISTIO. **Discorsi**. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1995, p. 48.

## Em Defesa Da Ação Pública Dos Filósofos

A *Oratio* XXVI trata de um tema desenvolvido igualmente nas orações XXIII e XXIX. Todas as três orações foram escritas logo após o ingresso de Temístio no Senado de Constantinopla, em 355, ocasião em que as estreitas relações que mantém com Constâncio II acirram o debate acerca do desempenho de funções de governo por parte dos filósofos. Diante disso, Temístio se vê compelido a se defender contra aqueles que o acusavam de um envolvimento excessivo (e por isso mesmo indesejável) com a política.<sup>16</sup> Na *Oratio* XXVI, em particular, Temístio sustenta, por um lado, a participação ativa do filósofo na vida política e, por outro, a importância da filosofia para a formação educacional do homem de seu tempo. A preocupação fundamental de Temístio, nesse caso, é reabilitar a antiga associação entre filosofia e política pois, em sua opinião, a *polis* e a filosofia “[...] correm o risco de viver como duas inimigas, uma muda e a outra surda, a menos que eu não consiga render homenagens a ambas, conservando ou restituindo a voz a uma e predispondo e purificando as orelhas da outra”.<sup>17</sup> (*Or.* XXVI, 2) Para tanto, Temístio evoca Sócrates e Aristóteles, filósofos que se notabilizaram pelo caráter público que conferiam aos seus ensinamentos. Sócrates, por exemplo, não discursava em segredo, mas na presença de todos, diante dos cambistas, nas bodegas e ginásios. (*Or.* XXVI, 9) Aristóteles, por sua vez, tinha por hábito classificar como públicos alguns de seus escritos, permitindo que circulassem livremente. (*Or.* XXVI, 11) Ao recorrer às mais importantes autoridades do pensamento grego para fundamentar o seu ponto de vista, Temístio busca refutar, ao mesmo tempo, a acusação de subversão dos costumes ancestrais, de violação do *mos maiorum* ou da *patrios politeia*, que seus adversários lhe imputam pelo fato de assumir encargos públicos por determinação imperial. Para o filósofo, é necessário reconhecer, em primeiro lugar, que a mudança, a inovação, é uma atividade rotineira, como se verifica no caso das artes (*technai*), cujos artífices “[...] nunca se contentaram com as descobertas iniciais, procurando fazê-las progredir e melhorar até os nossos dias, acrescentando sempre alguma coisa de novo ao antigo”. (*Or.* XXVI,6) No domínio do conhecimento filosófico, assim como no das *technai*, a inovação é igualmente admitida.

---

<sup>16</sup> VANDERSPOEL, J. **Themistius and the imperial court**: oratory, civic duty and ‘paideia’ from Constantine to Theodosius. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1995, p. 71.

<sup>17</sup> TEMÍSTIO. **Discorsi**. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1995. Todas as passagens da *Oratio* XXVI mencionadas no decorrer do texto foram extraídas dessa edição.

No entanto, Temístio, ao abraçar a carreira política, não julga em absoluto estar rompendo com a tradição. Pelo contrário, na sua concepção a filosofia é um conhecimento que deve se encontrar a serviço da vida em comunidade, contribuindo para educar o cidadão, para elevá-lo social e moralmente, como outrora haviam ensinado os sábios gregos.

Em que pese a recuperação empreendida por Temístio da antiga associação entre política e filosofia por intermédio de Sócrates, Platão e Aristóteles, é preciso atentar para o fato de que, na refutação aos seus adversários, Temístio introduz uma particularidade notável em termos educacionais ao propor o ensino universal da filosofia. De fato, em Temístio a filosofia não é apenas um saber celebrado pela sua excelência e que, mesmo colocado à disposição da comunidade cívica, estaria fadado a permanecer nas mãos de um círculo restrito de letrados. Pelo contrário, o que Temístio sugere com veemência é uma divulgação ampla e irrestrita do conhecimento filosófico, tornado aqui a pedra angular da formação educacional do indivíduo. Por essa razão, a filosofia seria um patrimônio compartilhado igualmente pelo soberano e por todos os súditos do Império. Dirigindo-se, na oração, à própria filosofia, Temístio a interpela nos seguintes termos:

Em qualquer lugar que desejares falar, a maior parte de nós te prestará atenção [...] Entre nós, não existe ninguém tão inculto quanto o escravo de Mênon, a quem conseguiste explicar até mesmo uma figura geométrica, embora ele compreendesse com dificuldade a língua helênica. Por outro lado, o único propósito pelo qual tu te dedicas ao honesto exercício da eloquência é aquele de conduzir a multidão àquilo que a ti parece melhor. (*Or.* XXVI, 22)

Na opinião de Temístio, uma vez que as assembléias representam uma ocasião bastante propícia para se transmitir ao povo reunido valores morais elevados, a filosofia deve aí se encontrar presente. Com isso,

[...] tanto o retor quanto o estrategista ou o cidadão privado, tanto o jovem quanto o adulto ou o velho, todos se tornarão melhores e mais resolutos na aspiração à virtude. [Os ensinamentos de Sócrates e Platão] são remédio e socorro comum a todos os homens: não se dirigem apenas aos eupátridas, aos pentacosímedinos ou aos zêugitas. Não devem ser escutados apenas em relação aos próprios bens de fortuna. Antes, se a lei prescreve a toda a população, sem excluir as mulheres e as crianças, de se reunir a cada ano em assembléia, para quem quer declamar um discurso seria esse o momento próprio de apresentar a eles um discurso inspirado em conceitos semelhantes. (*Or.* XXVI, 13)

## Dialogando Com Pagãos E Cristãos

Não obstante o apego de Temístio à tradição por meio da evocação de figuras paradigmáticas do pensamento grego, é forçoso reconhecer que a sua concepção acerca da importância da filosofia para a formação educacional dos indivíduos e para a harmonia das relações sociais na *polis* nada tem de reacionário ou fora de lugar. Pelo contrário, as considerações de Temístio sobre tais assuntos apresentam uma originalidade ímpar na medida em que o autor, desafiado por dilemas próprios do seu tempo, é levado a sustentar sua posição no confronto com três importantes correntes intelectuais do IV século representadas pelos retores, neoplatônicos e cristãos. No que diz respeito aos retores, Temístio recupera os termos de um antigo debate que opunha, na cidade, a retórica, a eloquência e a sofística, de um lado, e a filosofia, de outro. De fato, no decorrer do Império Romano, em virtude de um certo esmaecimento das escolas filosóficas, os professores de retórica passaram a assumir, dentro do “sistema” educacional romano, uma posição cada vez mais preponderante, monopolizando o ensino nas municipalidades e alcançando, por vezes, uma posição de destaque dentro do cenário imperial, a exemplo de Quintiliano, honrado com o consulado sob o governo de Domiciano, e Ausônio, o preceptor de Graciano que foi alçado, mais tarde, ao cargo de Prefeito do Pretório das Gálias. Como resultado, logo se estabelece uma polêmica sobre o valor da retórica em comparação à filosofia, sendo os retores acusados de diminuir a importância do conhecimento filosófico ao dispensar uma atenção maior à técnica em detrimento do conteúdo.<sup>18</sup> Por outro lado, os sofistas, ao exercerem o seu ofício, se equiparavam aos retores, na medida em que também superestimavam a forma, a técnica de expressão verbal, no que foram outrora severamente censurados por Sócrates e Platão. No decorrer do Principado, o ofício dos sofistas se associa cada vez mais com o dos retores, dando origem a um movimento intelectual comum denominado Nova Sofística.<sup>19</sup> O embate entre a retórica e a filosofia, entre os ensinamentos de Isócrates e o de Platão era muito intenso no século IV, afirmando os retores e sofistas que o treinamento intelectual por excelência consistia no estudo da retórica. Tomando o partido da filosofia, Temístio não desqualifica em absoluto a retórica, mas antes

---

<sup>18</sup> Cf. DOWNEY, G. Education in the Roman Christian empire: Christian and Pagan theories under Constantine and his successors. *Speculum*, Cambridge, v. XXXII, p. 59, 1957.

<sup>19</sup> Cf. HARVEY, P. **Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 203-204.

reivindica para os filósofos o manejo correto dessa técnica a fim de evitar que se torne um saber vão e supérfluo. (*Or.* XXVI, 23) Além disso, Temístio defende com veemência a liberdade de expressão dos filósofos, cuja palavra não pode sofrer a censura de indivíduos que se proclamam “legisladores dos filósofos e desejam condená-los a permanecer mudos”, (*Or.* XXVI, 2) dentre os quais se contam seguramente os retores.

Temístio polemiza igualmente com os neoplatônicos ao afirmar, em diversas passagens da sua oração, a conexão entre a filosofia e a vida política ativa. Na realidade, todo o êxito obtido por Temístio ao longo de sua carreira pública se deveu única e exclusivamente a sua aptidão intelectual para o ensino da filosofia, o que lhe conferia autoridade suficiente para expor a sua compreensão acerca do assunto. Nesse sentido, Temístio foi levado mesmo a polemizar com Juliano, que em sua correspondência advoga em favor da vida contemplativa do filósofo, com o conseqüente abandono da esfera pública, posição hegemônica dentro do conjunto dos pensadores neoplatônicos dos séculos IV e V, os quais, em mais de uma ocasião, se recusaram a integrar a administração imperial, como vemos ocorrer com Crisânio, que se negou a atender ao pedido de Juliano para que participasse de seu governo. Nesse sentido, Juliano, embora sendo o principal expoente da atuação política dos neoplatônicos no IV século, atribuía aos desígnios celestes a responsabilidade por ter abandonado a vida contemplativa e ingressado na carreira política.<sup>20</sup> Ainda que as relações entre Temístio e Juliano tenham sido sempre bastante amigáveis, havendo mesmo a possibilidade de que, sob esse imperador, Temístio tenha sido nomeado *Praefectus Urbi* de Constantinopla, como propõe Brauch,<sup>21</sup> a participação do filósofo no governo dos imperadores cristãos foi suficiente para decretar a ruína da sua memória nos círculos intelectuais neoplatônicos, como se constata em *A vida dos sofistas*, um conjunto de notícias biográficas escrito na passagem do IV para o V século por Eunápio, um professor nativo de Sárdis. Na obra, Eunápio não apenas ignora a biografia de Temístio, como silencia sobre as relações mantidas entre o filósofo e Juliano, certamente como uma vingança póstuma ao fato de Temístio não ter se eximido em colaborar com o governo imperial, a despeito da orientação religiosa pró-cristã assumida pelos imperadores romanos.

---

<sup>20</sup> Cf. BRAUCH, T. Themistius and the emperor Julian. **Byzantion**, Bruxelles, t. LXIII, p. 79-115, 1993.

<sup>21</sup> Cf. *Ibid.*

É necessário, entretanto, observar com cuidado a posição de Temístio dentro da vida política do Oriente durante a segunda metade do século IV. De fato, muito embora Temístio tenha privado de excelentes relações com imperadores como Constâncio II e Teodósio, dois soberanos que se notabilizaram, à época, pela importância que atribuíam aos assuntos religiosos e pela tentativa de conformar as consciências ao credo religioso por eles professado, não podemos em absoluto acusá-lo de servilismo perante o Estado romano ou de omissão diante de determinadas medidas tomadas pelos imperadores, especialmente aquelas referentes a assuntos de natureza religiosa. Na qualidade de livre pensador, Temístio era dotado de *parrhesia*, ou seja, de liberdade de expressão, o que o impedia de se tornar um mero instrumento nas mãos de imperadores ávidos de apoio junto aos meios urbanos do Oriente.<sup>22</sup> Quanto a isso, é significativo o fato de que, mesmo tendo direito a proventos pagos pelo Estado quando da sua nomeação para a cadeira de filosofia em Constantinopla sob Constâncio II, Temístio apressou-se a dispensá-los, retendo apenas a quota-parte da *anonna* que, na condição de cidadão romano, tinha direito por ocasião da distribuição periódica de gêneros alimentícios aos habitantes das principais cidades do Império, além de ter recusado a oferta de presentes por parte de Constâncio.<sup>23</sup> Decerto que, em virtude de sua origem abastada, Temístio se encontrava numa posição bastante confortável para recusar o pagamento imperial. No entanto, vale lembrar também que os gramáticos, retores e filósofos que ocupavam as cátedras públicas de ensino das principais cidades do Império eram amiúde membros da elite urbana, assim como Temístio, haja vista a formação intelectual longa e onerosa que lhes era exigida.<sup>24</sup> E, contudo, nem todos se sentiam suficientemente à vontade para dispensar os vencimentos estatais aos quais tinham direito.

No que diz respeito à acirrada polêmica que se estabelece no IV século entre adeptos de religiões distintas, é admirável como Temístio intervém no debate, não obstante a religião ser tratada no âmbito da política de Estado devido à cristianização do poder imperial, o que tornava o assunto no mínimo delicado. No decorrer de sua carreira, Temístio se posicionou, em mais de uma ocasião, a favor da tolerância

---

<sup>22</sup> Cf. VANDERSPOEL, J. **Themistius and the imperial court: oratory, civic duty and 'paideia' from Constantine to Theodosius.** Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1995, p. 88.

<sup>23</sup> Cf. *Ibid.*, p. 87.

<sup>24</sup> Cf. JONES, A. H. M. **The Later Roman Empire (284-602).** Oxford: Basil Blackwell, 1964, p. 1001.

religiosa, como tivemos a oportunidade de assinalar em trabalho recente.<sup>25</sup> Ao recomendar aos imperadores que não tentassem obter a adesão das consciências a esse ou aquele credo mediante o emprego da violência, Temístio se opõe, na realidade, a uma tendência de governo que se estabelece no decorrer dos séculos III e IV, ou seja, à adoção de medidas coercitivas contra todos aqueles que se opusessem à orientação religiosa seguida pela casa imperial, a exemplo dos hereges, pagãos, judeus, adivinhos e outros, convertidos em inimigos políticos a partir de um crivo religioso. Ao agir assim, Temístio reitera a sua liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que se alinha abertamente com a tradição intelectual pagã, mesmo num ambiente dominado cada vez mais pelo pensamento cristão. Em nossa opinião, é com referência à controvérsia religiosa e cultural do IV século que devemos interpretar a defesa da filosofia como um saber de alcance universal empreendida por Temístio na sua *Oratio XXVI*. Ao inverter toda a lógica do sistema educacional romano, sistema esse excludente e elitista nos seus níveis mais avançados, como costuma ocorrer em muitas sociedades, inclusive na nossa, Temístio nos parece imbuído do propósito de oferecer aos seus concidadãos uma *paideia* alternativa àquela proposta pelos professores e intelectuais cristãos. Desse ponto de vista, seu apelo incondicional à universalidade do conhecimento filosófico representa, no IV século, a mais consistente e lúcida atitude de um intelectual pagão contra o predomínio iminente da doutrina cristã, superando até mesmo os dois episódios de *revival* do paganismo patrocinados por Juliano e pelo círculo senatorial de Roma liderado por Nicômaco Flaviano. No caso de Juliano, a tentativa de reabilitação do paganismo estava calcada num confronto direto do poder imperial com os cristãos que se revelava, na prática, inócuo em virtude da solidez das congregações cristãs locais, extremamente favorecidas por Constantino e, depois, por seus filhos. Além do mais, para os cristãos a memória de um passado de opróbrios e humilhações sob os imperadores não os assustava em absoluto, servindo inclusive como estímulo à resistência da Igreja, incentivada pela certeza da vitória final da Providência contra os seus perseguidores, como enfatizava, dentre outros, Lactâncio.<sup>26</sup> Já o movimento liderado por Nicômaco Flaviano e encampado por Eugênio e Arbogasto, em finais do século IV, carecia de uma base social mais ampla, permanecendo restrito aos círculos

---

<sup>25</sup> Cf. SILVA, G. V. da. Considérations sur l'intolérance religieuse au IVe siècle: à propos de la Ve *Oratio* de Témisthius de Byzance. **Revue Française d'Histoire des Idées Politiques**, Paris, n. 23, p. 3-20, 2006.

<sup>26</sup> Cf. LACTANCIO. **Sobre la muerte de los perseguidores**. Madrid: Gredos, 1982.

senatoriais de Roma e adjacências, sem qualquer impacto social que pudesse fazer frente à difusão da fé cristã.<sup>27</sup>

### **A Missão Universal Da Filosofia**

De acordo com Temístio, o conhecimento filosófico, por oposição ao conhecimento médico, tem por incumbência beneficiar o povo em seu conjunto, de maneira praticamente universal. Desse modo, em sua opinião a filosofia:

[...] não toma conta dos corpos, cujas afecções apresentam amiúde um caráter individual e obrigam os pacientes a permanecer no leito [...], mas foi criada para auxiliar as almas, e as doenças das quais estas sofrem são geralmente comuns e podem ser curadas em qualquer lugar. (*Or. XXVI, 12*)

A maneira pela qual Temístio define o problema, valendo-se da comparação entre a filosofia e a medicina pode, evidentemente, receber uma interpretação simbólica, recaindo assim no cômputo da linguagem metafórica. No entanto, não deixa de ser significativa a constatação de que, para o autor, a filosofia tem por incumbência proporcionar a cura das doenças que afligem a alma, o que a habilita a ser portadora de felicidade e bem-estar para aqueles que a cultivam. Desse ponto de vista, a filosofia é compreendida como uma panacéia, uma vez que “[...] não é necessário que aquele que triturou e misturou os ingredientes visite pessoalmente o doente para aplicar a cataplasma ou o unguento, mas deve apenas colocá-lo à disposição dos incontáveis homens reunidos à espera da cura”. (*Or. XXVI, 14*) Levando em consideração o ambiente intelectual do século IV, eivado de uma aproximação contínua do homem com o sagrado, bem como as pretensões universalistas contidas tanto no discurso imperial quanto no discurso cristão, poderíamos ser levados a supor que a criação de um sistema educacional fundamentado no ensino ostensivo da filosofia a todos os segmentos da população tendo por finalidade erradicar os males que atormentam os homens seja uma resposta, dentro dos cânones da cultura helênica, à ampla difusão alcançada pelo cristianismo. Contrariando aqueles que compreendiam a filosofia como um saber aristocrático e elitista e que, por isso mesmo, eram incapazes de fornecer ao conjunto da

---

<sup>27</sup> De acordo com o *Carmen contra paganos*, obra composta por um anônimo cristão de finais do século IV e início do V, Nicômaco Flaviano, nomeado cônsul para o ano de 394, dedicou-se a restaurar os jogos e festivais pagãos, celebrando novamente os festivais em honra a Átis e Cibele, dentre outros, Cf. MATTHEWS, J. **Western aristocracies and imperial court** (A.D. 364-425). Oxford: Clarendon Press, 1990, p. 241-242.

sociedade romana uma alternativa pagã à expansão do cristianismo, Temístio argumenta em prol do ensino universal da filosofia e, mais que isso, do retorno do filósofo à vida pública, como uma maneira de inserir novamente os intelectuais pagãos no sistema político imperial, contrariando assim a tendência à formação de associações esotéricas que, diante da situação vivida pelo paganismo no século IV, só fazia contribuir para a consolidação do cristianismo. Fustigados pelo ataque cristão aos fundamentos da cultura helênica, os intelectuais pagãos adotavam como estratégia o apego à vida contemplativa em detrimento da vida ativa e reafirmavam os códigos excludentes do conhecimento que professavam, o que só contribuía para o seu afastamento diante do conjunto da população, deixando assim o campo aberto para o avanço do cristianismo, dentro de um círculo vicioso extremamente desfavorável para a perpetuação da cultura helênica.

Para Temístio, a filosofia era um conhecimento que portava uma dupla natureza, divina e humana. Quando aplicada às relações sociais, a filosofia apresenta três tarefas a cumprir: a) fazer com que cada indivíduo seja honesto e probo; b) fazer com que as famílias se tornem prósperas e felizes e c) orientar o governo do Estado e do povo por intermédio das constituições e leis. (*Or.* XXVI, 20) Desse modo, o compromisso ético da filosofia é ao mesmo tempo particular, contribuindo para a felicidade individual, e público, ao inspirar as leis que governam os homens reunidos num corpo político. Para o cumprimento dessa missão, a atuação do filósofo na cidade é determinante, razão pela qual Temístio o compara ao sol que, do alto dos céus, nos ensina “[...] a hora de ir ao mercado e a de voltar à casa, o momento de levantar-se e o de abandonar-se ao sono”. (*Or.* XXVI, 26) Para Temístio, o filósofo se assemelha ao *poiménalau* homérico, ao pastor de homens incumbido da missão de guiar os seus condadãos à felicidade. É impossível, a essa altura do argumento, não captar nas filigranas do pensamento de Temístio, com a sua insistência nas propriedades terapêuticas da filosofia e na universalidade desse tipo de conhecimento, a tentativa de conversão da filosofia numa corrente doutrinária com abrangência suficiente para rivalizar com o cristianismo. Não que a filosofia proposta por Temístio se assemelhe a uma religião, posto que lhe faltam dogmas, rituais e corpo sacerdotal. E, no entanto, o compromisso ético da filosofia e a sua transmissão por meio de um sistema de ensino de alcance popular cumpriram, ao fim e ao cabo, a tarefa de orientar a vida dos homens do século IV, e isso mediante um conhecimento genuinamente helênico e, por que não o dizer, pagão? Temístio, ao converter a filosofia num sistema ético universal que

constituía o melhor padrão de conduta para a *polis* cria, muito provavelmente, a alternativa mais viável ao cristianismo já formulada por um intelectual pagão no fim do Mundo Antigo, embora infrutífera. De fato, no embate com os neoplatônicos, retores, sofistas e cristãos, a proposta elaborada por Temístio foi vencida. E, no entanto, um dos maiores atrativos do conhecimento histórico é, sem dúvida, nos permitir, de maneira retrospectiva, demonstrar que as idéias e argumentos que sobreviveram ao tempo nunca foram os únicos possíveis, por mais que o discurso vitorioso nos tente convencer do contrário. A esse respeito, é oportuno recordar que os vencedores tiveram sempre de digladiar com alternativas intelectuais que os desafiaram e confrontaram e que, exatamente por isso, cumpriram o seu papel dentro da dinâmica conflituosa e plural da História, como se constata no caso de Temístio.

